

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
ESPECIALIZAÇÃO “O NOVO DIREITO INTERNACIONAL” DIREITO
INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO E DIREITO DA INTEGRAÇÃO

Ana Laura Anschau

DIPLOMACIA CULTURAL EM PERSPECTIVA COMPARADA: Lula, Dilma, Temer

Porto Alegre
2017

Ana Laura Anschau

DIPLOMACIA CULTURAL EM PERSPECTIVA COMPARADA: Lula, Dilma e Temer

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Direito Internacional Público e Privado e Direito da Integração da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre
2017

À MINHA FAMÍLIA.

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo se encerra e sozinha não chegaria aonde estou hoje. Essa conquista não é só minha, mas sim de três pessoas que foram fundamentais nesse processo, a minha família.

Agradeço aos meus pais, Roseli e André Marcelino, que foram sempre um exemplo de força e perseverança. Sempre me deixaram livre para seguir os meus objetivos, porém sempre indicando o caminho correto e deixando a vida mais leve.

Agradeço ao meu irmão André Luis pelo apoio e pelas horas em que me ouvia desabafando. Por ser um irmão parceiro e meu melhor amigo.

Agradeço ao João Gabriel que mesmo longe, esteve sempre ao meu lado me apoiando e escutando meus anseios.

À turma de Direito Internacional de 2016/2017 pelos momentos de descontração e por deixarem a vida mais verde.

Sonhos determinam o que você quer. Ação
determina o que você conquista.

Aldo Novak

RESUMO

A agenda cultural brasileira passa a ter maior relevância a partir de 2003 com a ascensão de Lula ao poder. A partir desse período a cultura brasileira passou a ser entendida como um terceiro pilar da política externa brasileira. O Brasil passou a investir na Diplomacia Cultural e por meio disso evidenciou-se um prestígio internacional brasileiro. Sendo assim, o presente trabalho busca analisar se a política cultural brasileira em perspectiva comparada. Verificando se as política iniciada no ano de 2003 teve continuidade durante os governos subsequentes de Dilma (2011-2015) e Temer (2016-2017). O presente trabalho se justifica pela relevância que os aspectos culturais brasileiros passaram a ter para com a inserção internacional brasileira desde 2003. O estudo apresenta que as políticas culturais passaram por momento de descontinuidade e até mesmo ruptura dentro dos governos.

Palavras-chave: Diplomacia Cultural; Política Externa Brasileira; Lula; Dilma; Temer.

ABSTRACT

The Brazilian cultural agenda has become more relevant since 2003 with Lula's rise to power. From that period the Brazilian culture came to be understood as a third pillar of Brazilian foreign policy. Brazil began to invest in Cultural Diplomacy and through this, a Brazilian international prestige was evidenced. Thus, the present work seeks to analyze the Brazilian cultural policy in comparative perspective. Checking whether the policies started in 2003 continued during the governments of Dilma (2011-2015) and Temer (2016-2017). The present study is justified by the relevance that Brazilian cultural aspects have had in relation to the Brazilian international insertion since 2003. The study shows that cultural policies have passed through a moment of discontinuity and even rupture within the governments.

Key-Words: Cultural Diplomacy; Brazilian Foreign Policy; Lula; Dilma; Temer.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Os 3 tipos de poder

16

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Expansão da Rede de Centros Culturais Brasileiros	24
Gráfico 2: Candidatos do CELPE-Bras	25
Gráfico 3: Distribuição de Pontos de Cultura, por ano, (2004-2010)	27
Gráfico 4: Viagens Internacionais Oficiais da Presidência da República	30
Gráfico 5: Pontos de Cultura (2010-2015)	33
Gráfico 6: Número de Participantes da Prova CELPE-Bras	35
Gráfico 7: Número de Participantes da prova CELPE-Bras	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CCB	Centro Cultural Brasileiro
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificado
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
IC	Instituto Cultural
MINC	Ministério da Cultura
MP	Medida Provisória
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política Externa Brasileira
PNC	Plano Nacional de Cultura
RBEx	Rede Brasileira de Ensino no Exterior
SNC	Sistema Nacional de Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SOFT POWER E DIPLOMACIA CULTURAL	15
1.2 A Política Externa do Governo Lula (2003 – 2010)	18
1.3 Diplomacia Cultural no Governo Lula da Silva	21
2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DILMA (2011 – 2015)	29
2.1 Diplomacia Cultural no Governo Dilma Rousseff	32
3 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TEMER (2016-2017)	38
3.1 Diplomacia Cultural no Governo Michel Temer	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O estudo da política externa dos Estados prevê a análise de seus interesses no cenário internacional, que são por sua vez alcançados por meio do uso da Diplomacia. Nos últimos anos a política externa brasileira tem sido desenvolvida com caráter descontinuado, em que identifica-se uma mudança de interesses e conseqüentemente uma mudança de agenda a cada novo governo.

Uma das agendas de destaque durante os anos de 2003-2010 foi a agenda cultural. Durante esse período buscou-se a inserção internacional brasileira por meio da utilização do Soft Power cultural, desempenhado pela Diplomacia Cultural. A diplomacia cultural pode ser entendida como a promoção da cultura de um Estado para além de suas fronteiras. Até meados do século XX a promoção cultural brasileira foi desempenhada, primordialmente, pela indústria cinematográfica norte americana, que mostrava por meio de seus filmes um Brasil marcado por clichês como: samba, carnaval, futebol e mulheres de biquíni.

Segundo relatório da UNESCO (2002), todos os Estados devem definir uma política cultural e aplicá-la para além de suas fronteiras da maneira que lhes achar mais benéfico, devendo sempre respeitar suas obrigações internacionais. Tal assertiva influenciou no desenvolvimento de políticas culturais brasileiras. O Brasil é um país multicultural e passou a investir em na promoção da cultura para quebrar com os paradigmas apresentados pelos Estados Unidos mostrando assim sua riqueza cultural para além de suas fronteiras. Foi durante o governo Lula que os aspectos culturais passaram a ser um dos temas centrais para inserção brasileira no exterior. Por meio da tal promoção conseguiu-se atrair outros Estados do Sistema Internacional, atingindo assim certo nível de protagonismo e uma imagem de prestígio internacional.

Tendo em vista o êxito encontrado na promoção da diplomacia cultural brasileira entre os anos de 2003 e 2010, bem como o caráter de descontinuidade que a política externa brasileira apresentou nos últimos anos, o presente trabalho tem como tema a Diplomacia Cultural Brasileira em perspectiva comparada. Para tal análise optou-se por fazer um estudo da política externa adotada durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2015) e Michel Temer

(2016-2017). Tem-se como objetivos específicos, além do estudo da política externa, a conceituação dos temas centrais do estudo, sendo eles Soft Power e Diplomacia Cultural, bem como a análise da agenda cultural adotada por cada governante. Diante de tais análises buscar-se-á verificar se houve descontinuidade na agenda de diplomacia cultural brasileira e, caso positivo, quais os impactos gerados por tal descontinuidade.

O trabalho foi realizado por meio de estudo descritivo sendo a pesquisa baseada em livros, acervo do ministério da cultura e do Itamaraty. A metodologia se deu por meio do método dedutivo analítico, que segundo Mezzaroba (2007) “parte de argumentos gerais para argumentos particulares. Primeiramente serão apresentados os argumentos que se consideram verdadeiros e inquestionáveis, para depois chegar a conclusões formais”. Através deste método buscar-se-á ter um conjunto de premissas que serão fundamentadas durante o trabalho. Dividido em três capítulos o trabalho busca apresentar um panorama geral da diplomacia cultural brasileira nos últimos 14 anos.

No primeiro capítulo conceitua-se termos importantes responsáveis pela fundamentação teórica do trabalho. Apresenta-se os conceitos de Soft Power e Diplomacia Cultural. O Soft Power consiste na utilização do poder de atração que por sua vez é desempenhado pela utilização da Diplomacia Cultural. Sendo assim, tem-se que a Diplomacia Cultural é um instrumento de Soft Power. Tendo em vista o insipiente aparato militar brasileiro, encontrou-se na utilização do Soft Power uma alternativa para alcançar uma inserção internacional seguida de protagonismo e prestígio no cenário internacional.

Além da conceituação teórica, o primeiro capítulo apresenta a política externa desempenhada durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010), bem como a análise da diplomacia cultural desempenhada na época. Durante o governo Lula a agenda cultural teve extrema relevância e foi utilizada para se conseguir maior inserção no cenário internacional. Utilizou-se a Diplomacia Cultural para atrair outros Estados, criando novas parcerias estratégicas e desempenhando assim um caráter universalista de inserção internacional.

Ao fim do mandato de Lula tem-se a eleição de Dilma Rousseff, candidata sucessora de Lula e objeto de estudo do segundo capítulo do trabalho. O segundo

capítulo apresenta um panorama geral da política externa brasileira desempenhada durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2015) que foi interrompido no ano de 2016 após a instauração do processo de Impeachment. Ao apresentar-se a política externa desempenhada durante esse período verifica-se um alinhamento com traços de descontinuidade em relação ao governo anterior. Dilma mantém algumas agendas desenvolvidas por Lula, porém dá outro rumo ao tema cultural.

Apresenta-se nesse capítulo as ações tomadas por Dilma para a promoção da diplomacia cultural brasileira e quais impactos geraram para o país. Tem-se como exemplo a realização da Copa do Mundo de futebol, no ano de 2014, que gerou inúmeros benefícios ao país por meio da promoção cultural.

O ano de 2015 foi marcado, no Brasil, por uma instabilidade política que desencadeou no processo de Impeachment no ano de 2016. Sendo assim, tem-se como sucessor de Dilma Rousseff seu vice-presidente Michel Temer. Diante de tais acontecimentos o terceiro capítulo busca, de forma incipiente, fazer uma análise da política externa de Temer durante seu primeiro ano de mandato. Diferente do apresentado na sucessão de Lula para Dilma, com a ascensão de Temer ao poder verifica-se uma descontinuidade tanto em relação às ações de política externa quanto em relação à diplomacia cultural.

Tendo em vista a recente emergência do governo Temer ao poder, poucos são os elementos apresentados que permitam fazer uma análise substancial de suas políticas. Sendo assim, é de fundamental importância ressaltar que o escopo do terceiro capítulo foi baseado em artigos científicos e matérias do Itamaraty, o que por sua vez não caracteriza sua análise como inconsistente ou insuficiente.

Diante do exposto, o trabalho justifica-se devido a importância que a diplomacia cultural tem desempenhado nos últimos anos para a inserção internacional brasileira. Verificou-se que por meio da utilização da diplomacia cultural e da promoção de suas riquezas culturais o Brasil alcançou altos níveis de prestígio internacional.

Sendo assim, tem-se como hipótese conclusiva que o prestígio internacional alcançado durante os anos de 2003 a 2010 foi perdendo protagonismo com a ascensão da instabilidade interna, que passou a alçar a política externa para um segundo nível de atuação.

Em um país em que o poder militar é incipiente encontrou-se no Soft Power o caminho para a inserção internacional. Em um país multicultural como o Brasil a cultura passou a ser um importante instrumento de prospecção internacional e de prestígio, fazendo com que aumentasse também o número de parceiros internacionais devido à aproximação cultural. Mesmo diante de tal importância, poucos são os trabalhos científicos que tratam da inserção internacional brasileira por meio da utilização da diplomacia cultural. Sendo assim, o presente trabalho busca apresentar a relevância do assunto fazendo com que futuramente o Brasil seja reconhecido mundialmente devido a suas riquezas culturais.

1 SOFT POWER E DIPLOMACIA CULTURAL¹

O termo *Soft Power* foi elaborado por Joseph Nye em contraposição ao *Hard Power*. Ao contrário do *Hard Power*, o *Soft Power* é uma combinação de indução e atração, ou seja, em busca da cooperação os países utilizam seu poder de influência e não seu poder militar para atingir seus objetivos e metas no cenário internacional. Por definição, *Soft Power* significa “fazer com que os outros busquem os mesmos resultados que você deseja, e isto exige com que se saiba como estes entendem suas ideias, para que o resultado seja positivo.”² O *Soft Power* é um poder de convencimento, estruturado a partir de três pilares, sendo eles: 1) Desenvolvimento Econômico; 2) Conhecimento e tecnologia; 3) Ideologia e cultura.³

Para um país se tornar influente no Cenário Internacional é necessário que ele busque promover sua política externa de forma que consiga ser coerente e atrativa para se tornar aceitável aos olhos dos outros Estados. É importante ressaltar que não se deve comparar o *Soft Power*, como apenas uma questão de imagem ou busca de popularidade, mas sim, carecer ter em mente que o *Soft Power* passou a ser uma fonte de poder e quando se abre mão de um poder, pode-se pagar um alto preço.

É importante ressaltar que o *Soft Power* e o *Hard Power* são independentes entre si e podem ser diferenciados pela diversidade de formas existentes, que ambos disponibilizam para que diferentes objetivos possam ser alcançados. Nada impede, porém que um Estado invista em mais de um tipo de poder. O quadro a seguir busca elucidar as principais diferenças destes dois tipos de poder.

¹ O primeiro capítulo deste trabalho é um recorte do trabalho “Uma Análise sobre o Poder da Diplomacia Cultural na Política Externa Brasileira (2003-2010), de autoria da aluna Ana Laura Anschau.

² Tradução Livre. “By definition, Soft Power means getting others to want the same outcomes you want, and that requires understanding how they are hearing your message, and fine-tuning it accordingly. It is crucial to understand the target audience”. NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs. 2004.

³ PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004. P. 59

	Comportamentos	Moedas Primárias	Políticas Governamentais
Poder Militar (Hard Power)	Coerção Dissuasão Proteção	Ameaças Forças	Diplomacia Coercitiva Guerra Aliança
Poder Econômico	Indução Coerção	Pagamentos Sanções	Ajuda Subornos Sanções
Poder Brando (Soft Power)	Atração Formação de Agenda	Valores Cultura Políticas Instituições	Diplomacia Pública Diplomacia Bilateral ou multilateral

Quadro 1 Os três tipos de Poder
Fonte: Nye (2004,p.31)

Ao analisar o quadro 1 é possível notar que, diferente do poder militar e econômico, o *Soft Power* tem como principal objetivo atrair Estados de acordo com valores, ideologias e políticas. É importante ressaltar que o *Soft Power* é um poder difícil de ser manejado, uma vez que a maioria de seus recursos não depende exclusivamente dos governos, sendo assim, seus efeitos dependem quase que exclusivamente da aceitação por parte dos outros Estados. Outrossim é que os recursos de *Soft Power* muitas vezes atuam de maneira indireta e costumam levar anos para que os resultados sejam percebidos, e muitas vezes estes resultados não podem ser tabulados e provados empiricamente.

Diversos são os países que tem um *Soft Power* bem estabelecido e que influenciam no cenário internacional sem que seja necessário o uso de seu poder bélico. O Brasil, por sua vez, apresenta um incipiente avanço nas políticas de *Soft Power*, sendo um “país que dispõe de um *Hard Power* difuso ou até mesmo insuficiente – na forma de instrumentos clássicos de poder militar e econômico, [mas que mesmo assim], detém expressivos e crescentes interesses no continente sul-americano, refletidos no seu peso político e presença comercial”⁴ por meio do *Soft Power*.

⁴ LIMA, André Chermont de. **Copa da cultura**: O campeonato mundial de futebol como Instrumento para a promoção da cultura brasileira no exterior. Brasília: FUNAG, 2013. p. 58.

O Brasil vem sendo considerado um exportador de cultura desde o século XX, tendo em vista que anteriormente era considerado um receptor de culturas primordialmente norte americanas e europeias. Foi a partir do século XX que o Brasil passou a investir em Diplomacia Cultural tendo como objetivo mostrar sua identidade para o mundo, passando a ser considerado um dos pioneiros em Diplomacia Cultural da América Latina.⁵

O termo Diplomacia Cultural criado no ano de 1966, pelo chanceler alemão Willy Brandt, defendia a cultura como o terceiro pilar da política externa, junto à política e o comércio. Por diplomacia cultural se entende a implantação da cultura de um Estado em apoio das suas metas de política externa, ou seja, “a utilização das questões e/ou fatores culturais para alcançar objetivos relativos à política externa”⁶ Sendo assim, a Diplomacia Cultural nada mais é do que um reflexo das políticas culturais internas de determinado Estado no cenário internacional.

Dentre as atividades que englobam a Diplomacia Cultural pode-se destacar o intercâmbio estudantil; as produções audiovisuais; Esporte, dança e música; as atratividades turísticas e o Idioma, entre outros. Ao investir nesses segmentos o Estado pode passar a difundir seus valores culturais para outros Estados, buscando assim uma inserção internacional baseada em princípios e valores. O investimento em Diplomacia Cultural faz com que países com culturas semelhantes acabem se aproximando e estreitando laços que por outra via não existiriam. Além disso, no campo interno faz com que se crie um sentimento de prestígio nacional entre a sociedade por meio da maior valorização dos fatores culturais que os representa.

O Ministério das Relações Exteriores tem ciência da importância em se desenvolver políticas culturais tendo em vista que “a diplomacia cultural é um instrumento importante de aproximação entre os povos, contribuindo para abrir mercados para a indústria cultural e para o estabelecimento de vínculos culturais e linguísticos”⁷ No que tange a promoção dessas políticas culturais o MRE afirma que

⁵ DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaís. —Pelo que é nosso!!!: a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.34, nº 6, 2014. p. 204.

⁶ LESSA, Monica Leite; SARAIVA Miriam Gomes; MAPA, Dhiego de Moura. Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. In: PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R.S.(orgs). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 97.

⁷ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores

A diplomacia brasileira promove a divulgação da cultura e das artes brasileiras em suas múltiplas dimensões, procurando estimular a cooperação cultural e o ensino da língua portuguesa. Se, por um lado, ressalta a singularidade de nossa cultura, por outro, revela as afinidades que a unem a outros povos – particularmente significativas, já que nosso país acolheu fluxos migratórios das mais diversas origens. No exterior, a difusão da cultura brasileira é executada por meio dos setores culturais das Embaixadas e Consulados. Cabe-lhes coordenar-se com instituições culturais estrangeiras, entre as quais universidades, museus, festivais de cinema, salas de concerto e teatros. Para a consecução dos objetivos culturais, o Ministério vale-se do Programa Anual do Departamento Cultural, das Comissões Mistas Culturais e dos Programas Executivos Culturais. Na esfera pública, são tradicionais parceiros do Itamaraty o Ministério da Cultura, a Fundação Biblioteca Nacional, as Universidades federais e estaduais e as Secretarias de Cultura dos Estados e Municípios.⁸

O Ministério das Relações Exteriores juntamente com o Ministério da Cultura são os principais articuladores das políticas culturais brasileiras, bem como de sua promoção no exterior. Nos próximos capítulos irá se analisar o emprego da Diplomacia Cultural nos últimos 3 governos, sendo eles Lula (2003-2010), Dilma (2011 – 2015) e Temer (2016-2017). Entre os três governos verifica-se momentos de continuidade e de descontinuidade no que tange o investimento e promoção das políticas culturais brasileiras.

1.2 A Política Externa do Governo Lula (2003 – 2010)

O ano de 2003 é marcado pela ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva ao posto de Presidente da República. Apesar de ser o candidato de oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso o governo Lula estabelece apenas pequenas mudanças em relação a gestão da política externa ministrada por FHC.⁹ A Política Externa Brasileira (PEB) durante o governo Lula foi dividida em três pequenas agendas. A primeira agenda teve caráter tradicional, em que houve a manutenção dos princípios

⁸ Ibidem

⁹ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. 2007. p. 275.

tradicionais da política externa brasileira, presentes também no artigo 4º da constituição, visando sempre um —ambiente externo favorável ao crescimento e à estabilidade da economia brasileira.¹⁰ A segunda foi caracterizada pela busca de protagonismo internacional, e a terceira agenda, caracterizada como ideológica, buscou promover uma nova ordem internacional.¹¹

Diante disso, pode-se caracterizar a PEB de Lula como ativa e altiva¹², tanto pela diversidade da sua agenda internacional como pela busca por maior desenvolvimento e inserção internacional. O governo Lula buscou desde o início de seu mandato atender aos anseios da população brasileira, sendo assim deixou de reduzir o Estado a mero prestador de serviços, passando determinadas responsabilidades a setores importantes de desenvolvimento. Sendo assim, o Estado passou a ser considerado um Estado Logístico, ou seja, um Estado que busca a inserção internacional por meio da internacionalização de empresas e assim cria estratégias para o desenvolvimento econômico.

À política exterior cabe recheiar a diplomacia e a ação externa de interesse nacional. Mantendo a tradição de concebê-la e programá-la como política de Estado, a política exterior do Governo Lula preserva valores, interesses e padrões de conduta veiculados historicamente, como a vocação industrial e a harmonização do nexa entre Estado e sociedade. Preserva a intensa presença nos órgãos de negociação multilateral e aumenta em mais de trinta por cento o número de países com representação diplomática. Com esses pressupostos, fixa os objetivos externos: o liberalismo de mercado com regras de reciprocidade de benefícios, a expansão dos negócios no exterior pela via do comércio e da internacionalização de empresas brasileiras e, enfim, o reforço de poder para influir sobre o ordenamento global e os regimes setoriais. Nisso consiste a estratégia logística.¹³

Os oito anos de mandato do governo Lula da Silva foram caracterizados pela diplomacia presidencial, em que pode-se notar grande envolvimento dos Chefes de Estado com as questões internacionais e de Política Externa, tendo assim maior envolvimento do presidente nos assuntos internacionais, o que pode ser corroborado

¹⁰ ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Economia política e política externa do governo Lula. **Plenarium**, ano II, n. 2, 2005. p. 91.

¹¹ *Ibidem*. p. 91-92.

¹² Conceito criado por Celso Amorim, em que a política visa ampliar a posição do Brasil no cenário Internacional tendo uma característica ideológica e estratégica.

¹³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *Op. cit.* p. 528.

com a quantidade de viagens internacionais realizadas pelo presidente durante seus mandatos¹⁴.

Concomitante com o aumento de viagens presidenciais verificou-se também nova configuração acerca das parcerias e do alinhamento com os mais diversos países, caracterizando-se assim como uma política universalista em que houve maior aproximação brasileira com os países da América do Sul, em busca de maior desenvolvimento regional e um interesse de uma mudança na ordem internacional; com os países da Europa, na busca de promover maior cooperação política, e o interesse na reforma da ONU bem como o combate aos problemas ambientais; e com os países da África, em que foram desenvolvidas diversas ações visando melhor desenvolvimento da região. (SOUSA NETO, 2011; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) Essa política universalista apresenta outra característica do governo Lula da Silva, conhecida como autonomia pela diversificação, em que se buscou um cenário internacional multilateral.

O governo de Lula buscou diversificar sua relação com os Estados fazendo com que fossem definidos parceiros estratégicos, que segundo Lula são Estados “capazes de trazer algo substantivo para o desenvolvimento do país.”¹⁵

A busca por parceiros estratégicos fez com que o governo Lula se aproximasse de países que possuíam características semelhantes ao Brasil. Diante disso, um grande marco da Política Externa Brasileira durante o governo foi a criação do bloco dos BRICS, em 2006, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul. A aproximação desses países se deu devido a ascensão econômica enfrenta por todos, além de serem conhecidos como potências emergentes que visam a reformulação da ordem internacional. “Desde a sua criação, o BRICS tem expandido suas atividades em duas principais vertentes: (i) a coordenação em reuniões e organismos internacionais; e (ii) a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros”¹⁶.

A busca pelo protagonismo internacional esteve presente durante os dois mandatos de Lula da Silva. Nesse período o Brasil buscou um papel de liderança

¹⁴ HORTA, Luiz Fernando Rebello. **O conceito de diplomacia presidencial**. Brasília: FINATEC. 2012. p. 6

¹⁵ CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 225

¹⁶ Ministério das Relações Exteriores. BRICS.

internacional, bem como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e um assento permanente nesse conselho, retomando aspirações dos anos 1990.¹⁷ A busca por liderança internacional esteve também sempre presente nos discursos do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Às vezes nos perguntam se o Brasil quer ser líder. Nós não temos pretensão à liderança, se liderança significa hegemonia de qualquer espécie. Mas, se o nosso desenvolvimento interno, se as nossas atitudes [...] de respeito ao direito internacional, da busca de solução pacífica para controvérsias, de combate a todas as formas de discriminação, de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente, se essas atitudes geram liderança, não há por que recusá-la.¹⁸

Durante seu mandato o governo de Lula buscou não aceitar paradigmas já implantados e se manifestou apto a conseguir melhor inserção internacional, sem ter que se alinhar exclusivamente aos países desenvolvidos, mas sim, voltado para as relações com países em desenvolvimento, que possuem características semelhantes ao Brasil e que da mesma forma buscam melhor inserção no cenário internacional. De acordo com Celso Amorim, a política externa do governo Lula da Silva —enfrentou aquela velha opinião de que exercer, na cena internacional, o protagonismo compatível com a nossa grandeza – econômica política e cultura – seria inútil ou até mesmo perigoso¹⁹.

1.3 Diplomacia Cultural no Governo Lula da Silva

No campo da cultura o governo Lula da Silva propôs o alcance de importantes metas, a diplomacia cultural desse governo buscou durante o seu mandato um projeto

¹⁷ SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo.** In.: PAULA, Marilene De. —Nunca antes na história desse país"...? Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2011. p.104

¹⁸ AMORIM, Celso. Discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de secretário-geral das Relações Exteriores, em Brasília. In: AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. **A política externa do Brasil.** Brasília: IPRI/FUNAG, 2003. p.77

¹⁹ AMORIM, Celso. **Conversas com jovens diplomatas.** São Paulo: Editora Benvirá, 2011. p 273.

global de ascensão internacional, colocando o desenvolvimento cultural entre uma das principais agendas.

A cultura era entendida, no governo Lula, como um sistema de valores estruturante da identidade da nação e promotor da inserção internacional do país, ao mesmo tempo em que era percebida como inextricável e central ao desenvolvimento econômico, oferecendo tanto o contexto no qual o progresso econômico ocorre quanto ao próprio objeto de desenvolvimento, quando vista sob a perspectiva das necessidades individuais.²⁰

Tamanha foi a importância delegada aos fatores culturais e suas manifestações, que a cultura passou a ter uma tripla funcionalidade na Política Externa Brasileira, e assim criou vínculos de identidade, fortalecendo blocos regionais e se aproximando de países estratégicos e em desenvolvimento²¹. Isso fez com que a cultura passasse a ter extrema importância tanto no plano interno quanto no plano externo e no plano econômico.

Como visto anteriormente, o governo de Lula da Silva passou a dar relativa importância para os assuntos culturais, ao afirmar que “a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo”²². Além disso, o presidente afirmava que a cultura não deveria ser vista como algo meramente decorativo, mas sim como a “base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social.”²³

Uma das principais características culturais de um Estado, e que normalmente não é relacionado como cultura, é idioma. Por meio da promoção da língua portuguesa, por exemplo, exerce-se uma importante política de *Soft Power*. Apesar dos esforços da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a língua portuguesa ainda é pouco difundida pelo mundo. Diante disso, a disseminação do idioma para além das fronteiras brasileiras passou a ser uma das preocupações do governo brasileiro, em busca de melhor inserção internacional, uma vez que se sabe que “os países cujas línguas são faladas em grande escala além-fronteiras

²⁰ PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R.S. (Orgs.) **Política externa brasileira**: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 99.

²¹ Ibidem.

²² Discurso de Lula da Silva, 2007

²³ Ibidem.

naturalmente desfrutam de maiores facilidades em termos de comunicação mais instantânea - e prestígio.”²⁴

Na busca de promover a língua portuguesa no exterior e também em procura de uma difusão da cultura brasileira mais efetiva, criou-se a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx). Esta rede se estende por mais de 50 países e fica vinculada às embaixadas que oferecem curso de língua portuguesa. Além disso, a rede é composta por 21 Centros Culturais Brasileiros (CCBs), sete Institutos Culturais (ICs) e 60 Leitorados²⁵. Os CCBs tem extrema importância no que tange à promoção da língua portuguesa no exterior, é nesses centros que o cidadão estrangeiro poderá imergir na cultura brasileira. Nos CCBs o cidadão estrangeiro poderá aprender além de aprender a língua portuguesa, ter acesso as mais diversas literaturas brasileiras, bem como prestigiar exposições artísticas, espetáculos teatrais, concertos de músicas popular e erudita, festividades típicas brasileiras, além de seminários e conferências, tudo diretamente relacionado ao Brasil. Até o ano de 2010 os centros estavam distribuídos no continente americano, na África e na Europa.

²⁴ RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília. FUNAG. p.113

²⁵ Ibidem.

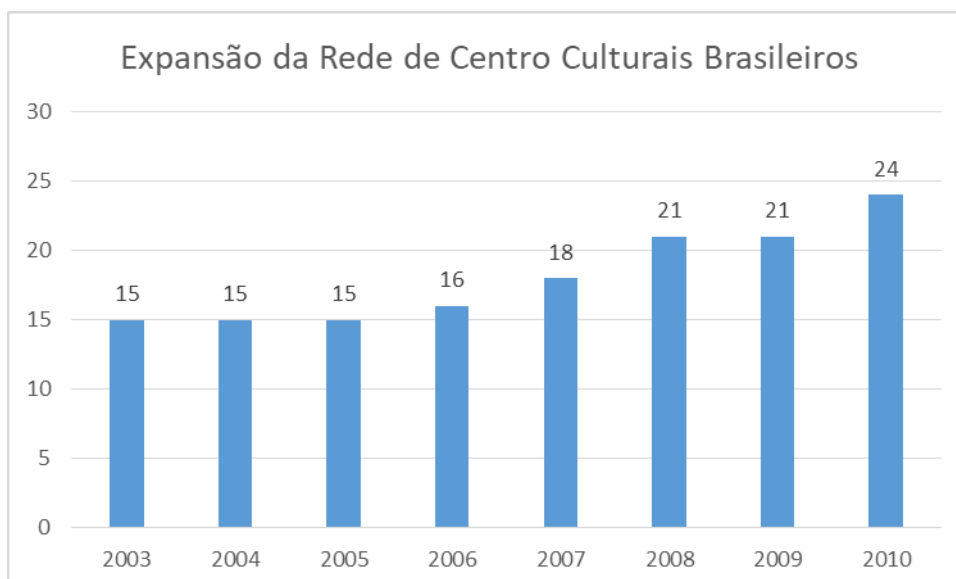


Gráfico 1 Expansão da Rede de Centros Culturais Brasileiros

Fonte: Balanço da Política Externa Brasileira 2003 a 2010 – Promoção Cultural. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa

É nos CCBs e nos Institutos Culturais Brasileiros, que o cidadão estrangeiro, que compreende o português como segunda língua, pode realizar o teste de proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras), com este teste de proficiência em mãos o estrangeiro poderá ingressar no sistema universitário brasileiro. Assim, como o número de alunos dos Centros Culturais Brasileiros, o número de estrangeiros interessados na realização do CELPE-Bras também tem ampliado. No ano de 2003, o teste contou com 1.712 candidatos inscritos no qual, o índice de aprovação foi de 50 por cento. Já no ano de 2009, o número de inscritos subiu para 5.074 candidatos, apresentando um índice de 75 por cento de aprovação.



Gráfico 2: Candidatos do CELPE-Bras
Fonte: Acervo CELPE-Bras / UFRGS

Esses dados mostram que a demanda pelo ensino da Língua Portuguesa vem crescendo diante da projeção internacional alcançada pelo Brasil. É importante ressaltar que além da presença brasileira por intermédio dos CCBs e dos ICs, o Brasil está presente em mais de 60 universidades estrangeiras, com professores universitários especialistas em Língua Portuguesa e cultura brasileira.

Outro expoente da cultura brasileira no exterior foi o Ano do Brasil na França, que ocorreu entre Março a Dezembro de 2005 em diversas cidades francesas. Com a ideia de difundir a cultura brasileira e mostrar um Brasil diferente dos paradigmas criados acerca da cultura brasileira, buscou-se mostrar que não apenas de samba, carnaval e futebol vive o brasileiro. O evento foi intitulado como *Brésil, Brésils*, visando mostrar ao público que o Brasil não é um país singular, mas sim plural. O ano do Brasil na França contou com cerca de 1.500 eventos prestigiados por 16 milhões de espectadores, de forma direta e indireta.²⁶

As negociações para a realização do ano cultural do Brasil na França tiveram início ainda no ano de 2002, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em que se tinha como objetivo a promoção da cultura brasileira no exterior. Com a troca de governo no Brasil, esse plano não foi deixado de lado, mas serviu para que o então

²⁶ Números de acordo com a imprensa francesa e com o Ministério da Cultura brasileiro (MinC).

presidente Lula da Silva pudesse colocar em prática o compromisso assumido acerca da promoção cultural, bem como, afirmar que políticas culturais devem ser tratadas com caráter apartidário.

Um dos primeiros programas culturais criados pelo governo Lula e que conseqüentemente passou a ser um dos principais projetos do MinC foi o Programa Cultura Viva²⁷, que teve como objetivo principal a criação de pontos de cultura. Nas palavras do então Ministro Gilberto Gil, “os pontos de cultura são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local.”²⁸ Ainda de acordo com o Ministro, “cada Ponto de Cultura será um amplificador das expressões culturais de sua comunidade”.

Sendo assim, os pontos de cultura são um espaço onde a comunidade pode expressar suas mais diversas manifestações culturais, caracterizados como políticas públicas que só terão sucesso com o envolvimento efetivo das comunidades. Por necessitar de um envolvimento da sociedade, os pontos de cultura não são impostos pelo governo, ou seja, são abertas licitações e as comunidades devem solicitar cadastramento para passarem a receber investimento para a construção do ponto, que pode chegar à quantia de 185 mil reais²⁹. Os pontos de cultura atualmente fazem parte de uma das metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura.

²⁷ RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: Editora EDUFBA, 2010. p. 111.

²⁸ Pronunciamento sobre o Programa Cultura Vive, Berlim, Alemanha, set.2004.

²⁹ BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura Viva: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária**. 3. ed. Brasília, 2004. p.21.

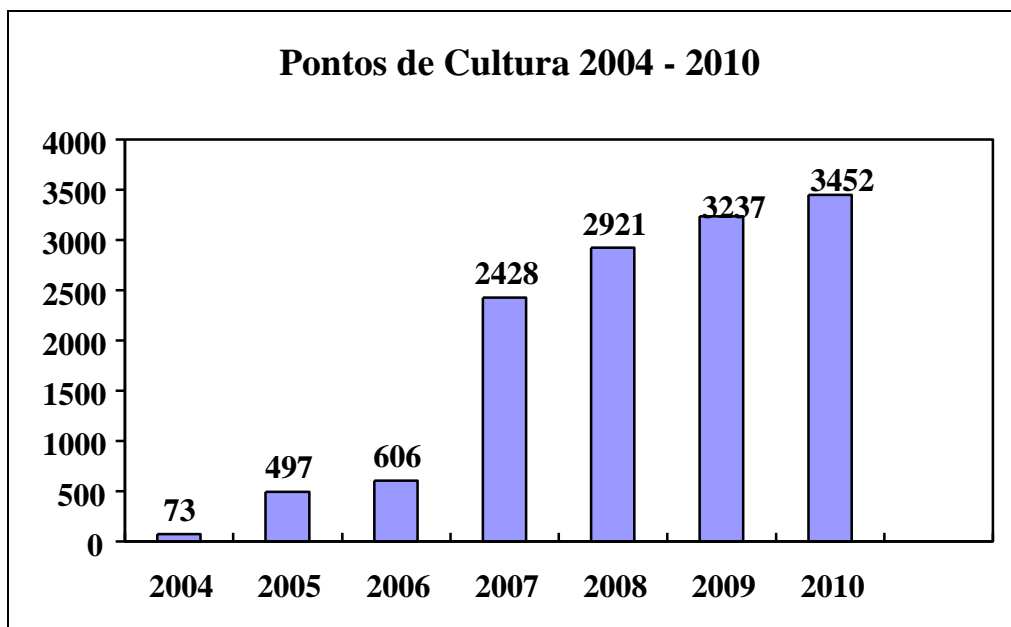


Gráfico 3: Distribuição dos Pontos de Cultura, por ano (2004 – 2010)

Fonte: Planilha Operacional de Projetos/SCDC/MinC

Como já mencionado, o governo Lula deu extrema importância para os aspectos culturais brasileiros. Para isso, lançou no ano de 2010, por meio da lei nº. 12.343, o Plano Nacional de Cultura (PNC). A criação desse plano, portanto, já era projeto da campanha presidencial do presidente Lula da Silva ainda no ano de 2002, ele afirmava que esse seria um plano estratégico de longo prazo, tendo assim caráter apartidário³⁰. É importante ressaltar que, esta não foi a primeira tentativa de se formalizar um plano nacional para a área da cultura, este assunto já era discutido no período do regime militar.³¹

O PNC tem como propósito elaborar e executar políticas públicas de longo prazo voltadas à promoção da diversidade cultural brasileira, para almejar o alcance de maior desenvolvimento socioeconômico do país. Com isso, o plano “busca abranger as demandas culturais dos brasileiros e de todas as situações econômicas, localizações, origens étnicas, faixas etárias e demais situações de identidade.”³²

Composto por 53 metas estabelecidas conforme as demandas cidadãos e políticas, o PNC não é mais um documento criado pelo governo e imposto à população, mas sim um programa da sociedade para a sociedade. Este documento

³⁰ RUBIM, Antonio Albino Canelas. Op. cit. p.32.

³¹ Ibidem. p. 61-62.

³² Ministério da Cultura, 2009. p. 12.

busca “redefinir o papel do Estado e seu dever de garantir as condições para que a sociedade brasileira possa criar e acessar o que é produzido no universo da cultura.”³³ Ao se investir em programas culturais no âmbito interno, faz-se com que as diversas manifestações culturais passem a se tornar sólidas para que possam vir a representar o Brasil no exterior.

Como já mencionado, o PNC é um plano elaborado para ser executado em longo prazo, e tem como ano final 2020. Durante os dez anos de realização e implementação do plano, são lançados periodicamente em plataforma específica³⁴, documentos de acompanhamento do plano em que não somente o poder público poderá controlar as metas, mas também os cidadãos podem acompanhar o que falta para que essas sejam concluídas.

O protagonismo internacional brasileiro alcançado durante os anos de 2003 e 2010 fez com que em 2006 o Brasil fosse escolhido como anfitrião da copa do mundo de 2014, após análise de candidatura. E em 2009 foi escolhido como anfitrião dos Jogos Olímpicos de 2016, também após análise de candidatura. A possibilidade de se sediar eventos de grande porte como os acima mencionados, traz uma oportunidade de se mostrar ao mundo as belezas tanto culturais quanto turísticas do Brasil.

Ao analisar-se a política cultural brasileira apresentada durante os anos de 2003 e 2010 verifica-se que a cultura, característica marcante do Brasil, passou a ter papel de destaque tanto na elaboração de políticas internas quanto na sua promoção externa, em busca de protagonismo e prestígio internacional. Além disso, verifica-se que a cultura passou a ser tratada como uma política de caráter partidário, fazendo com que fossem lançados programas a longo prazo que passassem o escopo do mandato. Por fim, nota-se que o investimento em cultura traz muitas vezes resultados que não eram esperados e a promoção cultural é um dos principais responsáveis pela imagem de um país para além de suas fronteiras.

³³ Ministério da Cultura, 2009. P. 28

³⁴ Pnc.culturadigital.br

2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO DILMA (2011 – 2015)

Dilma Vana Rousseff foi eleita no final de 2010 e tomou posse em 2011, tendo se tornado a primeira mulher a ser eleita como presidente no Brasil. No ano de 2014 Dilma consegue sua reeleição ao cargo, porém devido a crises internas, sofre processo de *impeachment* no ano de 2016 deixando de exercer seu mandato até o fim. Sucessora da Luiz Inácio Lula da Silva, o governo de Dilma apresenta em sua política externa traços de continuidade, e também de ruptura com governo anterior. Ao contrário do Governo antecessor que contou com apenas dois Ministros das Relações Exteriores em oito anos de mandato, durante o governo Dilma verifica-se uma instabilidade no Ministério das Relações Exteriores, em que foram nomeados três ministros em cinco anos de mandato.

Segundo Visentini houve “uma continuidade de propósitos e estratégias, mas uma mudança de estilo e ritmo, com ênfase em características pessoais.”³⁵ Sendo assim, dentre as estratégias definidas no governo Lula que tiveram continuidade no governo Dilma pode-se destacar o revisionismo das organizações internacionais; a atuação ativa nos fóruns internacionais, em que o Brasil é colocado como representante dos países do sul-global; uma orientação proativa acerca da dimensão sul-americana³⁶; e a inserção internacional de caráter universalista.³⁷

Tendo em vista o desinteresse de arcar com os custos advindos de uma projeção global, aliado ao desinteresse “por temas externos, [...] que apresentassem ganhos difusos, não tangíveis em um curto prazo”³⁸, e a defesa de uma “diplomacia de resultados”, o governo de Dilma abandona a ideia de projeção global brasileira, bem como sua ascensão como liderança regional defendida pelo governo de Lula. Apesar desse abandono é importante ressaltar que o Brasil continua sendo a única potência emergente na América Latina no Século XXI.³⁹ O desinteresse em arcar com

³⁵ VISENTINI, P. Itamaraty: crise na política externa ou disputa interna? **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, n. 165, Nov. 2013.

³⁶ SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: Perspectivas Futuras? *Relações Internacionais* nº44. Lisboa. Dez, 2016. Pág 25

³⁷ CERVO, Amado. LESSA, Antonio. O Declínio: Inserção Internacional do Brasil (2011-2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*. 2014. Pág. 139

³⁸ SARAIVA, Miriam Gomes. Op.Cit. Pág 27

³⁹ CERVO, Amado. LESSA, Antonio. 2014. Op. Cit. Pág. 136

os custos advindos de uma projeção global também pode ser verificado ao analisar-se a diplomacia presidencial de Dilma, que acaba sendo mais tímida com menos viagens internacionais.

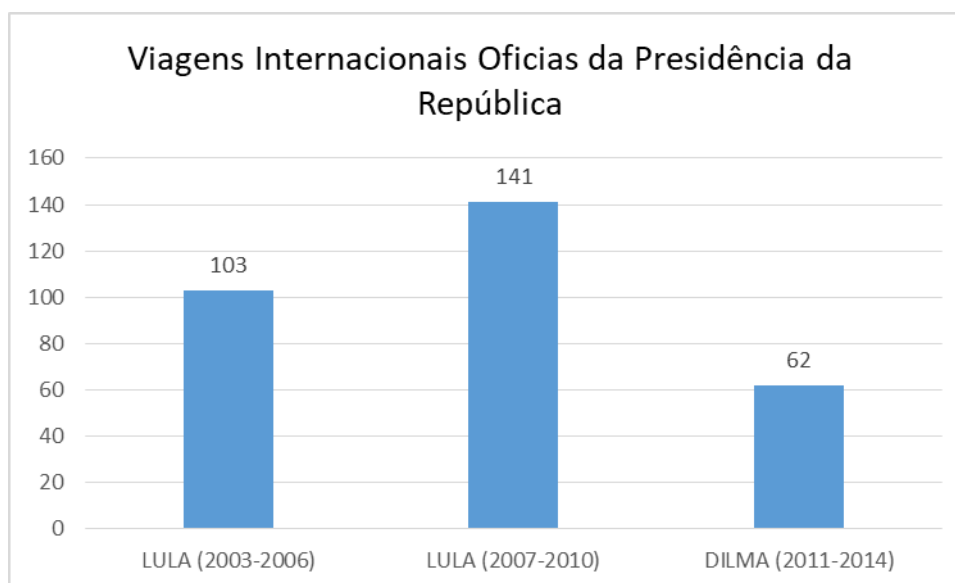


Gráfico 4: Viagens Internacionais Oficiais da Presidência da República
 Fonte: Elaborado pela autora a partir do banco de dados da Biblioteca da Presidência da República

Durante seu primeiro mandato, o governo Dilma enfrentou uma grande crise mundial, em 2011, seguido por descompassos internos em 2013. Esses eventos moldaram um cenário “menos propício ao ativismo de países como o Brasil”⁴⁰ fazendo com que o país perdesse um pouco de seu incipiente protagonismo global. Segundo Saraiva, “os cenários internacional e nacional enfrentados pelo governo Dilma foram mais áridos do que os enfrentados por Lula”⁴¹, porém tal enredo não justifica a tímida atuação brasileira de busca por maior inserção e protagonismo internacional no período.

Por outro lado, mesmo com um cenário desfavorável para países emergentes, a atuação brasileira junto aos BRICS continuou ativa e gerou frutos, como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com sede em Xangai, que visa

⁴⁰ CORNELET, Joao Marcelo Conte. A Política Externa de Dilma Rouseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**. Vol.5, nº 24, Jun-Jul 2014

⁴¹ SARAIVA, Miriam Gomes.2014 Op.Cit.. Pág 25

prestar apoio financeiro a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável aos países membros.⁴² O envolvimento com os BRICS demonstra que certas parcerias estratégicas definidas ainda no governo Lula continuaram preservadas, mesmo que não possuíssem necessariamente os mesmos objetivos. Cita-se aqui o interesse pela conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança, interesse fortemente defendido pelo governo Lula e que foi se enfraquecendo durante o governo Dilma.

O governo de Dilma sempre mostrou grande preocupação com os Direitos Humanos e em 2011, no seu discurso de abertura na Sede da Organização das Nações Unidas proferiu o conceito de “Responsabilidade ao Proteger” complementando o conceito de “Responsabilidade de Proteger” utilizado desde 2005. Enquanto a “Responsabilidade de Proteger” diz respeito “à responsabilidade dos Estados de protegerem suas populações em casos de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade”⁴³, a “Responsabilidade ao Proteger” diz respeito à proteção de civis nestas mesmas circunstâncias.

Um dos principais marcos da Política Externa de Dilma foi “a prioridade atribuída à ciência, tecnologia e inovação, com vistas a contribuir para a ascensão do Brasil a um novo estágio de desenvolvimento, fundado em uma economia mais flexível e competitiva”⁴⁴. Esse tema ficou bem evidente na agenda do governo durante os dois mandatos e será apresentada nas próximas seções.

De maneira conclusiva, pode-se afirmar que apesar de ter apresentado um caráter menos ativo, a Política Externa do Governo Dilma mostrou certo alinhamento com as políticas desenhadas pelo governo anterior, falhando porém, em não formular um projeto de inserção estratégica a longo prazo.

⁴² BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. O novo banco de Desenvolvimento do BRICS

⁴³ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Pronunciamento Ministro Antônio Patriota 2012

⁴⁴ Ibidem

2.1 Diplomacia Cultural no Governo Dilma Rousseff

A história cultural brasileira é marcada pela ausência de políticas culturais; exclusão de determinadas modalidades de cultura; e instabilidade, em que não se percebe uma continuidade das políticas culturais implantadas.⁴⁵ Com o fim do Governo Lula, Dilma recebe o compromisso de dar continuidade ao Plano Nacional de Cultura, fazendo investimentos e planos de ação para que as metas traçadas sejam alcançadas até o ano de 2020.

Assim como no MRE, o Ministério da Cultura durante o mandato de Dilma foi marcado pela instabilidade de ministros da cultura, sendo eles Ana de Hollanda (2011-2012), cantora e compositora brasileira. Seguida de Marta Suplicy (2012-2014) e tendo em 2015 o retorno do ex-ministro da cultura dos anos 2008-2010, Juca Ferreira. Esta descontinuidade de ministros fez com que as políticas culturais do período sofressem também certa descontinuidade.

Dentre os ministros da cultura supra citados, Marta Suplicy foi a única que tratou, em um discurso oficial, sobre a importância do *Soft Power* cultural para o Brasil, afirmando que ele faz parte de uma construção histórica que gera admirações e sonhos.

Trata-se, porém, de muito mais que cinema, comida ou monumentos. São valores, posições históricas, políticas externas e autoridade moral que, no conjunto, geram admirações e sonhos. São elementos que não se constroem da noite para o dia, pois estão na raiz da formação, da identidade de cada povo.⁴⁶

Por outro lado, o Ministro Juca Ferreira em seu discurso de posse afirmou o compromisso de reestabelecer relações culturais brasileiras com seus parceiros, tendo em vista a importância brasileira no mundo.

Tenho a intenção de fortalecer as relações culturais do Brasil, como parte da nossa diplomacia, com os nossos irmãos da América Latina, da América do Sul, com países africanos, árabes, com a Europa, os Estados Unidos. Um

⁴⁵ RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.) Políticas Culturais no Governo Dilma. Salvador: Editora EDUFBA, 2015.P.12

⁴⁶ Discurso proferido pela Ministra da Cultura - Marta Suplicy em 23 de março de 2013

país que tem a importância que o Brasil tem no mundo não pode descuidar das relações culturais com os outros países.⁴⁷

Mesmo com sinais de instabilidade durante os anos de 2011 a 2015, o Ministério da Cultura foi pautado por uma agenda que estabeleceu 4 objetivos principais, sendo eles: (1) a criação de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) que descentralizasse equipamentos culturais; (2) Criação e manutenção do Vale-cultura; (3) Fortalecimento do Brasil no mundo por meio do *Soft Power*; (4) Implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) que visa a cooperação entre Estado e sociedade para a criação de políticas culturais.⁴⁸ Diante disso, nota-se que havia preocupação com a disseminação da cultura brasileira para o exterior e ao mesmo tempo acreditava-se que era possível o alcance de protagonismo internacional por meio de políticas culturais.

Ao analisar-se o atingimento das metas do Plano Nacional de Cultura, tem-se que muitos avanços foram alcançados, porém ainda há muito a ser feito, tendo em vista que após 6 anos de implantação algumas metas não alcançaram nem a metade de seu objetivo. Em relação aos pontos de cultura, em que se busca a criação de 15.000 pontos, verifica-se que há uma falta de investimentos neste setor.

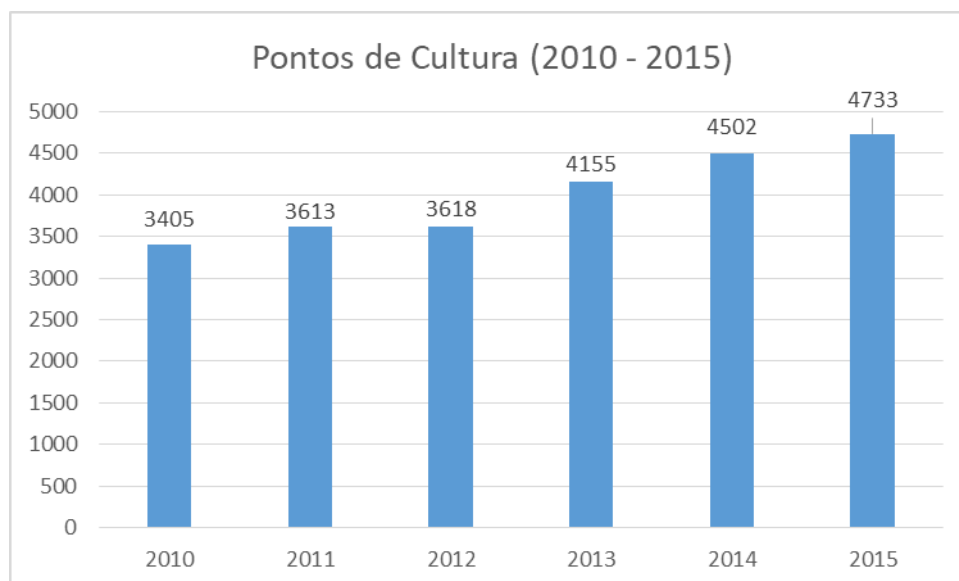


Gráfico 5 Pontos de Cultura (2010-2015)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios de Acompanhamento das Metas do Plano Nacional de Cultura.

⁴⁷ Discurso proferido pelo Ministro da Cultura - Juca Ferreira em 12 de janeiro de 2015.

⁴⁸ BRASIL. Ministério da Cultura. III Conferência Nacional de Cultura: uma política de Estado para a Cultura. Desafios do Sistema Nacional de Cultura. Texto-base. Brasília: MinC, 2013b.

Em relação aos planos culturais já existentes o governo Dilma apresentou uma continuidade moderada, porém buscou contrapor essa atitude com a implementação de novas políticas culturais. Tal atitude enfatiza um dos grandes entraves das políticas culturais, ser tratado como uma política de governo e não como uma política de Estado.⁴⁹ Ao se tratar tais políticas como inerentes ao Estado, faz-se com que não se perca a continuidade e os investimentos passam a ser geridos de forma mais objetiva e exitosa.

Uma das inovações do mandato de Rousseff foi a implementação do programa Ciências sem Fronteiras, no ano de 2011, que veio ao encontro com o marco principal da Política Externa do governo de investir em ciência, tecnologia e inovação. Esse programa visou oferecer 101 mil bolsas para que estudantes brasileiros pudessem realizar um período de seus estudos no exterior, podendo assim entrar em contato com sistemas educacionais competitivos.⁵⁰ Além de oferecer oportunidade a estudantes brasileiros, o programa buscou atrair pesquisadores do exterior a realizarem seus estudos no Brasil. Apesar de ter como objetivo principal o incentivo a projetos científicos no exterior esse programa se tornou um propulsor da cultura brasileira, tanto para os alunos brasileiros que disseminaram a cultura por onde passavam, quanto para os estrangeiros, que tinham no intercâmbio a oportunidade de emergirem diretamente na cultura brasileira.

A vivência em outro país deixa marcas muito profundas. O programa Ciência Sem Fronteiras, da presidente Dilma, terá uma importância extraordinária para a nossa juventude. E deixará uma marca, não só de capacitação, mas de compreensão de como o mundo funciona e como as outras culturas se colocam, e como a nossa cultura é muito peculiar.⁵¹

É evidente que a implantação do programa Ciência sem Fronteiras fez com que aumentasse o número de estudantes estrangeiros no Brasil, segundo dados do Ministério do Turismo⁵² este número aumentou em 33 por cento entre os anos de 2011 e 2014. Isso fez com que também houvesse aumento no interesse de estrangeiros em

⁴⁹ RUBIM, Antonio Albino Canelas, 2015. Op. Cit.

⁵⁰BRASIL. Ciência sem Fronteiras.

⁵¹Discurso proferido pela Ministra da Cultura – Marta Suplicy em 13 de Março de 2013

⁵²Dados do Ministério do Turismo. 2015

realizar o CELPE-Bras, mostrando que ações de *Soft Power*, de forma gradual, trouxeram benefícios ao país. Deve-se ressaltar que além do interesse dos estudantes estrangeiros no Brasil as provas do CELPE-Bras tiveram um crescimento influenciado pela realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos do Rio, em 2014 e 2016 respectivamente.

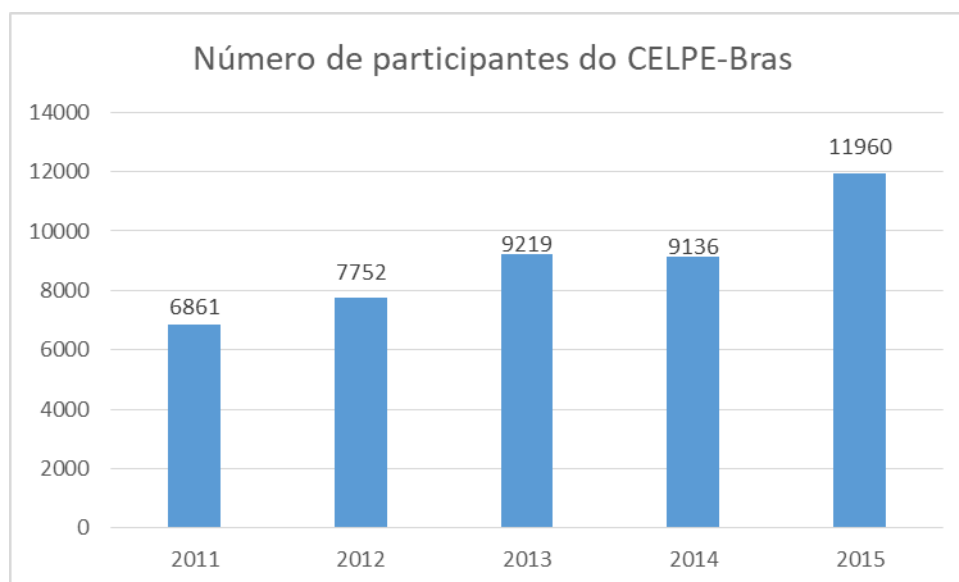


Gráfico 6: Número de Participantes da prova CELPE-Bras
Fonte: Elaborada pela autora a partir do banco de dados do portal do INEP

Eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos são importantes ferramentas de Política Externa, tendo em vista que além de atraírem turistas e investimentos externos são um momento de projeção do país no Sistema Internacional. A partida inicial desses eventos é marcada pela cerimônia de abertura e o Brasil aproveitou-se desse momento para mostrar em 2014 os “tesouros do Brasil: suas pessoas, sua natureza e o futebol”, tema utilizado para exaltar o multiculturalismo brasileiro. Durante o período da copa do mundo de 2014 foram firmados diversos acordos bilaterais que buscaram uma maior aproximação do Brasil com parceiros estratégicos, em que pode-se citar o acordo entre Brasil e Alemanha sobre espionagem; e entre Brasil e Argentina sobre comércio de veículos. A realização da Copa do Mundo foi um momento ímpar em que se pode ter a realização da competição

no país do futebol, esporte pelo qual o Brasil é conhecido mundialmente e que atualmente é um dos principais instrumentos do *Soft Power* brasileiro.

Como apresentado no capítulo anterior, outro instrumento de *Soft Power* brasileiro que vem gerando resultados positivos é a realização de anos culturais brasileiros no exterior. A exemplo do Ano do Brasil na França, foi realizado entre setembro de 2012 e junho de 2013 o Ano do Brasil em Portugal. Durante essa temporada cerca de seis milhões de pessoas puderam prestigiar, tanto diretamente quanto indiretamente, 294 eventos distribuídos por diversas cidades portuguesas com o intuito de disseminar a cultura brasileira por meio de manifestações artísticas.⁵³ A cultura brasileira foi expressa em suas mais diversas formas e, ao contrário do observado no ano do Brasil na França, o Ano do Brasil em Portugal contou com eventos em que o valor do ingresso não ultrapassou 10 euros, além de inúmeros eventos gratuitos, fazendo com que a maior parte da população portuguesa pudesse conhecer mais sobre a cultura brasileira e sua diversidade.⁵⁴ Segundo António Grassi, comissário-geral do evento, a realização do Ano do Brasil em Portugal superou todas as expectativas. "Mesmo com todo o investimento e planejamento que foi feito, nunca imaginamos um resultado tão interessante na receptividade do público em Portugal".⁵⁵

Durante os anos de 2012 e 2014 algumas manifestações culturais brasileiras passaram a ser protegidas pela UNESCO para que não se tornem vulneráveis a mudanças estruturais, foram elas: Frevo em 2012; Círio de Nazaré em 2013; e Roda de Capoeira em 2014. Essas manifestações culturais passaram a ser protegidas pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 que visa garantir a viabilidade dos patrimônios culturais imateriais espalhados pelo mundo.

Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.⁵⁶

⁵³MRE, República Portuguesa, 2013

⁵⁴BRASIL, Programação Ano Brasil em Portugal, 2012

⁵⁵ RTP Notícias.

⁵⁶ UNESCO. Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003

Ao serem incorporadas na Convenção da UNESCO as manifestações culturais passam a ser protegidas pela UNESCO, porém é responsabilidade do Estado subsidiar meios para que elas sejam preservadas e mantidas, além de enviar relatórios periódicos à instituição para que se mostre o acompanhamento das atividades culturais. Tal exigência faz com que os Estados acompanhem o desenvolvimento de manifestações culturais que possuem extrema relevância e laços históricos com o país, além de possibilitar uma prospecção internacional da cultura brasileira. Tendo em vista que, ao mostrar-se preocupado com o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade perante o Sistema Internacional, o Brasil passa também a prospectar seu *Soft Power* cultural.

Diante do exposto conclui-se que a diplomacia cultural do governo Dilma selecionou algumas políticas elaboradas pelo governo Lula, que considerou importantes, e deu a elas continuidade. Por outro lado, abandonou políticas que gerassem resultados a longo prazo, tendo em vista seu apreço por políticas de caráter imediatista. A inserção internacional brasileira durante o governo Dilma passou por um período de retração, o que acabou fazendo com que a diplomacia cultural também ficasse contida. Em linhas gerais verifica-se que mesmo com o abandono de determinadas políticas e com a inversão de certas prioridades, o governo Dilma não pode ser caracterizado como um governo marcado pela descontinuidade com as políticas de Lula.

É evidente que no meio político o cenário tem extrema importância. Em um cenário marcado por instabilidade tanto nacional quanto internacional, é esperado que políticas culturais e de ascensão internacional passem a ser tratadas em segundo plano. Mesmo assim, o governo Dilma não deixou de investir na promoção cultural, porém não na mesma intensidade que o governo anterior.

3 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO TEMER (2016-2017)

No dia 12 de maio de 2016 o Senado brasileiro aprovou a abertura do processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff afastando-a do cargo para julgamento por 180 dias, período em que Michel Temer, vice-presidente, assumiu a presidência interinamente. Dilma foi acusada de “crime de responsabilidade contra a lei orçamentária e contra a guarda e o legal emprego de recursos públicos, na forma de três decretos de crédito suplementar e operações com bancos públicos”⁵⁷ e no dia 31 de agosto de 2016 foi decretado seu *impeachment*. Desde então Michel Temer tomou oficialmente posse do cargo de presidente da República. Este foi o segundo caso de *impeachment* presidencial no Brasil, sendo o primeiro em 1992 com Fernando Collor de Mello.

O processo de *impeachment* instaurado no Brasil fez com que a credibilidade e confiança no Estado brasileiro sofressem certa resistência internacional. “Diversos foram os organismos e as instituições, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a União das Nações Unidas do Sul (UNASUL) e o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), por exemplo, que já haviam se posicionado contra o processo que ocorria no Brasil.”⁵⁸

A resistência internacional foi entendida de imediato pelo então presidente, que desde o início de seu mandato oficial, em agosto de 2016, passou a afirmar que dentre suas prioridades de governo buscar-se-ia resgatar a confiança no Brasil por meio de investimentos, crescimento e empregos. Além disso, afirmou que a melhor resposta para o isolacionismo e a intolerância, discursos presentes no Sistema Internacional, seria a manutenção do multilateralismo.⁵⁹

Desde sua ascensão ao poder, mesmo que interinamente, o governo Temer realizou diversas mudanças em relação às práticas adotadas pelo governo Dilma, corroborando com as especulações de que seu governo seria marcado por descontinuidade política.

⁵⁷BRASIL. Agência Senado.

⁵⁸ SANTOS, Thauan. Política Externa Brasileira pós-impeachment: (des) caminhos incertos.

⁵⁹ Michel Temer. Uma Diplomacia Presidencial a Serviço do Brasil

No que tange a elaboração da política externa tem-se como Ministro das Relações Exteriores a nomeação de José Serra, político de carreira, que veio a se tornar o primeiro político a ascender a esse cargo no Brasil. Tal nomeação quebrou a tradição brasileira de se nomear para o cargo de Ministro do MRE nomes vinculados ao Itamaraty e, conseqüentemente, ao Instituto Rio Branco.

A indicação de um político como Serra, como afirmado, quebra a tendência de não se ter políticos no mais alto cargo do MRE. Isso, ao mesmo tempo em que diminui o insulamento do órgão, pode colocar em xeque a tradição de o Itamaraty não estar completamente à mercê de disputas político-partidárias, além de propiciar uma tendência de que a PEB oscile ainda mais a cada troca de governo.⁶⁰

Em seu discurso de posse, no dia 18 de maio de 2016, o Ministro José Serra apresentou um programa de política externa intitulado “Nova Política Externa Brasileira”. Pautado em 10 diretrizes e mais um tópico especial, o principal objetivo do programa foi criar uma estratégia para atuação da política externa. Tais diretrizes foram: (1) Voltar a refletir os valores da sociedade brasileira não rompendo com as boas tradições do Itamaraty; (2) Defender a democracia, as liberdades e os direitos humanos respeitando o princípio da não-ingerência; (3) Prezar pela responsabilidade ambiental; (4) Buscar soluções pacíficas e a superação de crises financeiras internacionais; (5) Multiplicar acordos bilaterais, superando o atraso brasileiro pautado no multilateralismo; (6) Fortalecer o processo de negociações comerciais bilaterais; (7) Priorizar a parceria com a Argentina e fortalecer o Mercosul; (8) Ampliar a relação com parceiros tradicionais como Estados Unidos da América, Japão e União Europeia; (9) Atualizar o intercâmbio com países africanos e promover a relação com novos parceiros asiáticos; (10) Investir no aumento da competitividade reduzindo o “custo Brasil”; (11) Proteger as fronteiras do tráfico internacional de drogas.⁶¹

Ao analisar-se as diretrizes apresentadas por Serra nota-se uma dicotomia de discurso entre o Ministro e o Presidente. Enquanto Temer defende, em seu discurso, a manutenção do multilateralismo, Serra, por outro lado, defende as relações bilaterais afirmando que “o multilateralismo que não aconteceu prejudicou o bilateralismo que

⁶⁰ NUNES, Raul C. RODRÍGUEZ, Vitória G. A Política Brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica. In.: **Boletim de Conjuntura NERINT**. Porto Alegre. v.1 n.4. 2017 p. 1-9

⁶¹ Discurso de posse proferido pelo Ministro das Relações Exteriores – José Serra. 2016

aconteceu em todo o mundo. Quase todo mundo investiu nessa multiplicação, menos nós. Precisamos e vamos vencer esse atraso e recuperar oportunidades perdidas”⁶². Além disso, verifica-se uma ênfase nas questões de cunho comercial e econômico, em que volta-se a presenciar um forte alinhamento com Estados Unidos e países da União Europeia, deixando-se de lado o protagonismo com os países africanos.

O mandato de José Serra no MRE encerrou-se em fevereiro de 2017 após pedido de demissão do próprio ministro, por questões de saúde. Sendo assim, tem-se a nomeação de Aloysio Nunes Ferreira, também político, como seu sucessor. Aloysio Nunes mantém continuidade no discurso de José Serra afirmando que a política externa brasileira será pautada pela prioridade com a América do Sul; pela ampliação das relações com os Estados Unidos da América; pelo estreitamento das relações entre a União Europeia e o Mercosul; pelo crescimento comercial entre Japão, China, Coreia, Índia e Indonésia; pela preocupação com os imigrantes; e pela retomada do protagonismo do Itamaraty.⁶³ Assim como Serra, Aloysio também tem priorizado as relações bilaterais de cunho econômico.

As informações acima expostas buscam apresentar um panorama geral das diretrizes que pautam a atual política externa brasileira, tendo em vista a recente emergência do cenário. Diante disso, ainda não há fatos suficientes para se realizar uma avaliação empírica acerca da efetividade de tais diretrizes. Pode-se portanto avaliar que a política externa apresentada no governo Temer é marcada pela ruptura da conhecida diplomacia ativa e ativa do governo Lula e que foi perdendo forças no governo Dilma. Além disso, verifica-se que as questões partidárias acabaram influenciando no processo de descontinuidade da PEB, mostrando que não houve uma análise geopolítica e comercial acerca das conquistas da PEB adquiridas durante os governos petistas de Lula e Dilma⁶⁴.

É importante, porém, fazer-se uma breve análise de dois cenários da atual conjuntura internacional tendo em vista a influência direta que esses possuem na elaboração da política externa brasileira. Primeiramente ressalta-se o aparente enfraquecimento da União Europeia com o *Brexit*, saída do Reino Unido, que faz com que a oitava diretriz da “Nova Política Externa Brasileira” torne-se arriscada, uma vez

⁶² Discurso de posse proferido pelo Ministro das Relações Exteriores – José Serra 2016

⁶³ Discurso de posse proferido pelo Ministro das Relações Exteriores – Aloysio Nunes Ferreira. 2017

⁶⁴ PENNAFORTE, Charles. A atuação de Serra no Itamaraty. 2017

que esta já pode iniciar fracassada. E, mais importante, tem-se nos Estados Unidos da América a eleição do republicano Donald Trump, detentor de uma política nacionalista que pode vir a “deixar de lado” as relações entre Brasil e Estados Unidos se considera-las desvantajosas.

As consequências da eleição de Trump para o Brasil tendem a ser, portanto, indiretas. Podem vir por meio da ampliação da presença chinesa na América Latina, [em] que a China seria um “bastião da estabilidade, da previsibilidade e da abertura do livre mercado”. Podem vir, ainda, pelo aumento da instabilidade internacional associada a eventuais escolhas em política externa da doutrina Trump ou mesmo por uma possível pressão inflacionária e sobre os juros nos Estados Unidos, o que pode afetar o fluxo de divisas, o câmbio e o ritmo da atividade econômica no Brasil. Não são notícias necessariamente trágicas, mas estão longe de serem reconfortantes.⁶⁵

Com a ascensão do governo nacionalista de Trump em um país influente como os Estados Unidos, pode-se iniciar um incipiente discurso de legitimação de discursos nacionalistas e radicais o que poderá gerar um *turning point* no cenário internacional. O momento atual é de desestabilização e incertezas no Sistema Internacional que pode se tornar uma ameaça ou uma oportunidade para a ascensão brasileira no cenário internacional. Cabe ao Brasil organizar-se internamente para então criar uma política externa de longo prazo que busque reascender o sentimento de prestígio internacional.

3.1 Diplomacia Cultural no Governo Michel Temer

Como mencionado acima, o governo Temer tomou posse interinamente no dia 12 de maio de 2016 e desde então iniciou um processo de reestruturação do governo em relação às práticas adotadas pelo governo Dilma. No mesmo dia foi instaurada a medida provisória MP 726/16 referente à reforma ministerial que visava cortar custos do governo. Essa MP sugeria a extinção de 8 departamentos entre ministérios e

⁶⁵ MAGNOTTA, Fernanda. O efeito Trump no Brasil: neutro mas com viés negativo.

secretárias; a extinção de 14 cargos entre ministros e secretários e; a transformação de 7 ministérios por meio de aglutinação. Dentre os ministérios extintos pela MP 726/16 encontrava-se o Ministério da Cultura que passaria a reunir seus trabalhos com o Ministério da Educação, formando assim o Ministério da Educação e Cultura.

O anúncio da extinção do Ministério da Cultura gerou inúmeros protestos por todo o território brasileiro, inclusive diversos prédios públicos culturais foram ocupados recebendo manifestações artísticas das mais diversas formas. É importante ressaltar que desde o Governo de Ernesto Geisel (1974) foi a primeira vez que o Brasil ficou sem pasta exclusiva para questões culturais. A resistência dos artistas fez com que Temer revesse a MP 726/16 fazendo com que em 23 de maio de 2016, 11 dias depois, fosse instaurada a MP 728/16 que recriava o MinC e conseqüentemente o cargo de Ministro da Cultura.⁶⁶ No dia 24 de maio de 2016 Marcelo Calero, diplomata de carreira, político brasileiro e ex-secretário da cultura da prefeitura do Rio de Janeiro, tomou posse como Ministro.

Em seu discurso de posse Marcelo Calero afirma o compromisso de preservar e aprofundar as conquistas do MinC por meio da continuidade do PNC e da criação de novos programas de fomento à cultura. Além disso, enfatiza que a valorização da cultura brasileira tem relação intrínseca com a inserção internacional brasileira e que isso faz com que se busque a compreensão da cultura brasileira como questão estratégica para o desenvolvimento brasileiro.

A valorização do produto cultural brasileiro é matéria que se relaciona de forma intrínseca à inserção internacional do País e, nesse contexto, a ação do MinC passa por uma estreita parceria e sinergia com a agenda de outros ministérios, em especial o Itamaraty e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.⁶⁷

No campo externo Calero afirma que o contexto internacional é propício para a difusão de políticas culturais, porém pouco acessível aos profissionais culturais brasileiros. Diante disso, afirma que cabe aos gestores públicos formularem ações e “oferecer apoio necessário para que a cultura se desenvolva, seja conhecida e reconhecida, seja protegida e promovida e tenha meios para ser acessada por

⁶⁶Câmara dos Deputados.

⁶⁷ Discurso de posse do Ministro da Cultura – Marcelo Calero, 2016

todos.”⁶⁸ A preocupação de Calero com o cenário externo e com a difusão da cultura brasileira no exterior é, de certa forma, influenciada pela sua caminhada como diplomata brasileiro, e tal característica pode estreitar os laços do MinC com o MRE.

Durante o período em que Calero esteve à frente do MinC a cultura passou a ser reconhecida como um instrumento importante de *Soft Power* e caracterizada como a ponte que propicia o intercâmbio entre Estados.

A cultura trata disso: construir pontes com o outro, alicerçando identidades e estabelecendo passarelas para o diálogo, a troca de conhecimento e o intercâmbio entre modos de fazer e viver. Pensando na integração regional, as culturas das fronteiras são exemplo de uma diversidade que nos aproxima e nos complementa⁶⁹

Tal designação fez com que o Ministro se preocupasse com a criação de uma política cultural para fronteiras, defendida anteriormente também por Juca Ferreira, que viria a propiciar uma intervenção profunda entre os países fronteiriços.⁷⁰

Os discursos proferidos por Calero enfatizavam uma preocupação com as políticas culturais e a propagação da cultura como instrumento de *Soft Power*, porém seu mandato foi marcado por momentos de fragilidade, resistência popular e artística, e desalinhamento com as políticas de Temer, o que fez com que em novembro de 2016 Calero pedisse demissão de seu cargo devido a desavenças políticas.

Nomeou-se então, como seu sucessor, Roberto Freire. Freire foi também político de carreira porém, ao contrário de Calero, não atuou diretamente no cenário cultural antes de tomar posse como ministro. Freire em seu discurso de posse afirmou que a cultura deveria ser utilizada como ferramenta para a inclusão social, porém não fez nenhuma menção à dimensão internacional da cultura.⁷¹ Durante o seu mandato Freire também sofreu com as manifestações de resistência popular e com a instabilidade nacional, e acabou pedindo exoneração do cargo em 22 de maio de 2017, tendo em vista o envolvimento do Presidente Temer na operação Lava Jato. Desde então, tem-se como ministro interino do MinC João Batista de Andrade, cineasta e escritor brasileiro e até então secretário executivo do MinC. Andrade afirma

⁶⁸ Marcelo Calero – Discurso proferido no XI encontro Ministros da Cultura, 2016.

⁶⁹ Ibidem

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ Discurso de posse do ministro da cultura – Roberto Freire, 2016

que é preciso blindar o MinC, pois sua importância deve ser tratada como apartidária.⁷²

O panorama geral supra apresentado indica que desde a ascensão de Temer à presidência o Ministério da Cultura tem passado por um período de instabilidade, apresentando um novo ministro a cada 6 meses de governo. Essa instabilidade faz com que a implementação e o acompanhamento de políticas culturais ande a passos lentos. Além disso, a cada novo ministro as prioridades mudam, fazendo com que a agenda cultural torne-se inconsistente.

A instabilidade política gerada pelo processo de *impeachment* no Brasil também fez com que surgissem movimentos internos de resistência ao governo instaurado. Esses movimentos estão tendo o apoio da classe artística que tem sido uma das mais afetadas desde a ascensão do governo Temer, como já mencionado. A ideia de extinção do MinC mostrou que para o governo de Temer questões culturais não tem a mesma importância que tinham durante os governos de Lula e Dilma, fazendo com que a classe artística iniciasse diversos movimentos de desaprovação ao governo. Uma destas manifestações ocorreu no Festival de Cinema de Berlin, em fevereiro de 2017, onde artistas brasileiros solicitaram apoio à comunidade cinematográfica internacional afirmando que a cultura brasileira está ameaçada.

Em um governo que tem como principal agenda o desenvolvimento comercial e econômico do país, passa a ser evidente que as manifestações culturais não tem espaço, pois teoricamente não geram desenvolvimento econômico. Ao analisar-se os avanços e investimentos culturais apresentados durante o governo Temer tem-se a implementação de dois programas que visam o desenvolvimento da cultura criativa, setor econômico da cultura e que gera resultados financeiros diretos.

O Atlas Econômico da Cultura Brasileira teve seu lançamento oficial em abril de 2017 e surge de uma parceria entre o MinC, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo – CEGOV. Desenvolvido em oito volumes, o atlas busca mapear a economia da cultura brasileira para que se possam traçar objetivos e metas a serem alcançados pelo setor criativo da economia, fazendo com que haja também uma medição do PIB da cultura brasileira, política que já está presente em 21 países. O projeto tem como principal objetivo analisar e

⁷² Discurso do Ministro Interino da Cultura - João Batista Andrade.

apresentar o impacto do setor cultural para a economia, tendo como base casos de sucesso apresentados por países como Espanha e Holanda.⁷³ O projeto conta com 2 volumes publicados que inicialmente apresentam os marcos teóricos, conceitos fundamentais e modelos metodológicos do programa.

Outro programa em desenvolvimento é o Manual de Exportação de Serviços Culturais que está em processo de seleção de colaboradores. Esse manual buscará orientar setores culturais como audiovisual, jogos eletrônicos, publicidade e música mostrando todas as etapas do processo de exportação de bens culturais desde a busca por incentivos para exportação.⁷⁴ A exportação de bens culturais faz com que se tenha resultados diretos no que tange a promoção da cultura brasileira no exterior.

Como já mencionado, o cenário de instabilidade política brasileira fez com que a imagem do Brasil no exterior fosse prejudicada. Tal efeito pode ser observado ao analisar-se a participação de estrangeiros na prova Celpe-Bras realizada em maio de 2017. Comparado ao primeiro semestre de 2016 as inscrições tiveram uma queda de 27 por cento. Pode-se atribuir a esse decréscimo o fato de que no ano de 2016 o Brasil sediou os Jogos Olímpicos, evento que atraiu diversos estudantes para trabalharem como voluntários. Porém, esse número continua 25% inferior à média das duas provas realizadas no ano de 2015, em que não houve a promoção de nenhum evento internacional de grande escala. Pode-se então afirmar que a instabilidade interna gera certo grau de desinteresse pelo Brasil por parte dos estrangeiros.

⁷³ VALIATI, Leandro. FIALHO, Ana L. N (orgs). **Atlas Econômico da Cultura Brasileira**. UFRGS. 2017

⁷⁴ BRASIL. Manual vai orientar exportação de serviços culturais.

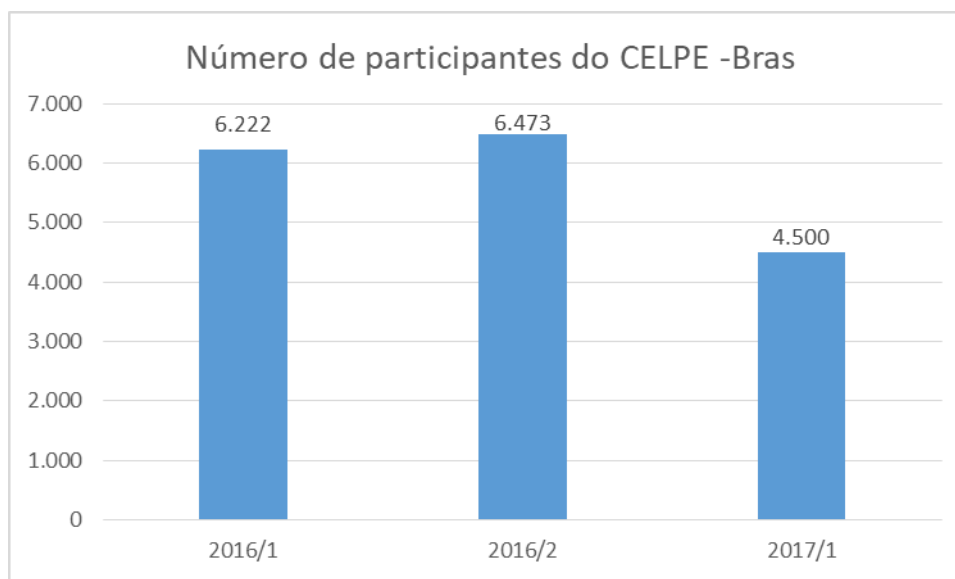


Gráfico 7 Número de Participantes da prova CELPE-Bras
 Fonte: Elaborada pela autora a partir do banco de dados do portal do INEP.

No âmbito do Plano Nacional de Cultura não foram verificados avanços significativos, pelo contrário, algumas metas deixaram de receber investimentos. O programa de Pontos de Cultura passou por uma rígida auditoria que verificou irregularidades em cerca de 90% dos casos, fazendo com que houvesse a suspensão imediata de recursos até que as situações particulares sejam regularizadas. As regularidades estavam presentes na prestação de contas, bem como no descumprimento do plano de trabalho apresentado no momento da inscrição.⁷⁵ Ao ser questionada sobre uma possível extinção do programa de Pontos de Cultura, Débora Albuquerque, secretária da Cidadania e Diversidade Cultural, afirmou que “o maior objetivo da secretaria é fomentar a cultura na ponta, nas comunidades. Não há, por parte do Ministério da Cultura, nenhuma intenção em acabar com os Pontos de Cultura”⁷⁶

Se no Brasil os Pontos de Cultura não estão sendo tratados com prioridade, no exterior estão alcançando o prestígio por parte de diversos governos. Em 30 de maio de 2017 o Uruguai passou a ser o 6º país a implementar a política de pontos de cultura criada pelo governo brasileiro no ano de 2004. Além de Brasil e Uruguai, Argentina,

⁷⁵ Ministério da Cultura. 13 de Março de 2017

⁷⁶ Ibidem.

Peru, El Salvador e Costa Rica também contam com a política de criação de pontos de cultura.⁷⁷

O cenário atual mostra que a inserção internacional brasileira por meio do *Soft Power* cultural está sendo deixada em segundo plano, tendo em vista que se deve primeiramente reestruturar a política interna brasileira para que depois sejam feitos investimentos massivos na promoção do Brasil no exterior. Porém, há de se levar em conta que não se pode deixar de lado todo investimento atribuído à inserção internacional brasileira em busca de protagonismo internacional verificado nos últimos 14 anos. A política de retração brasileira e o cenário instável afetarão a credibilidade brasileira no exterior, tendo em vista que o modelo de inserção brasileira sofre com um ciclo vicioso em que se verifica momentos de protagonismo seguidos de esmaecimento.

⁷⁷ Ministério da Cultura. 30 de Maio de 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção dos Estados no sistema internacional está vinculada ao nível de poder de cada Estado. Quanto maior forem os investimentos em *Hard Power* e *Soft Power* maiores são as chances de determinado Estado alcançar papel de protagonismo no sistema internacional. Países desenvolvidos utilizam-se de ambos os aparatos de poder, por outro lado os países em desenvolvimento ou considerados emergentes, acabam por utilizar-se do *Soft Power* para manterem-se no sistema. Tradicionalmente o investimento em *Soft Power* é consideravelmente menor que o investimento em *Hard Power*, tendo em vista que seus resultados são percebidos apenas a longo prazo e sua efetividade muitas vezes não pode ser quantificada. Porém, como apresentado ao longo do trabalho, o *Soft Power* passou a se tornar uma importante ferramenta de poder ao longo dos anos, sendo assim é importante ressaltar que quando se abre mão de um poder, pode-se pagar um alto preço.

O Brasil é um país emergente que não possui um *Hard Power* consolidado tendo em vista seu fraco poder militar. Diante disso, passou a investir, mesmo que incipientemente, na utilização do *Soft Power* para alcançar o protagonismo internacional almejado, e o fez por meio da diplomacia cultural. Devido ao seu histórico de colonização, o Brasil é um país de características multiculturais, que infelizmente ainda são pouco difundidas no exterior. Até meados do século XX as características da cultura brasileira eram apresentadas aos olhos dos norte-americanos, que passaram a criar paradigmas acerca de nossa cultura. Porém, com a ascensão do processo de globalização o Brasil encontrou na cultura uma importante ferramenta de prospecção internacional.

O governo Lula (2003-2010) percebeu que o processo de globalização exigia dos países um avanço nas questões culturais. Isso porque a aproximação cultural propiciava um espaço de intercâmbio e cooperação entre os Estados. Diante disso, o governo Lula passou a tratar a cultura como um pilar da política externa. Passou-se então a fazer investimentos massivos no setor cultural, em que preocupou-se primeiramente em solidificar a cultura em âmbito interno para posteriormente utilizá-

la como instrumento de inserção e prestígio internacional. Para isso criou-se no âmbito interno um Plano Nacional de Cultura a longo prazo, em que o ponto principal foi a construção de pontos de cultura para a difusão das mais diversas manifestações culturais brasileiras. Diante do exposto conclui-se que durante os dois mandatos de Lula o Brasil alcançou altos níveis de protagonismo e prestígio internacional.

Esse prestígio, porém, passou a ser seguido por um esmaecimento a partir do ano de 2011. Com a ascensão do governo Dilma ao poder verificou-se um continuidade nas estratégias políticas implementadas por Lula que, em contrapartida, apresentaram uma mudança de ritmos. Durante a análise ficou evidente o desinteresse de Dilma por fatores externos, bem como seu caráter imediatista, deixando em segundo plano ações que geravam resultados apenas a longo prazo. O período de 2011 a 2015 foi marcado portanto por uma inversão de prioridades.

Se por um lado o Plano Nacional de Cultura perdeu forças, a área da ciência, tecnologia e educação passou a ganhar certo protagonismo durante o governo Dilma. A criação do programa Ciência sem Fronteiras mostrou que, mesmo diante da inversão de prioridades, a cultura ainda era papel importante para o desenvolvimento do país. O investimento nesse programa fez com que aumentasse exponencialmente o número de estrangeiros interessados no aprendizado da língua portuguesa.

Se com a ascensão do governo Dilma ao poder os rumos da política externa, bem como da diplomacia cultural perderam forças, com a ascensão de Michel Temer ao poder, passaram por um processo de reestruturação. A instabilidade política presenciada no Brasil desde o ano de 2015, juntamente com o processo de *impeachment* instaurado no ano de 2016, fizeram com que a credibilidade brasileira no exterior caísse drasticamente. Diversos foram os organismos e Estados que apresentaram resistência ao novo governo.

Como esperado, o governo Temer apresentou uma descontinuidade tanto na agenda de política externa quanto na agenda cultural dos governos anteriores. Deixou-se de lado o caráter multilateral e passou-se a investir massivamente em programas e parcerias de caráter econômico. Diante disso, logo após sua posse, Temer assinou uma medida provisória extinguindo a pasta do Ministério da Cultura de seu governo. Diversos foram os protestos de artistas contra essa ação, que fizeram com que o então presidente voltasse atrás de sua decisão. Passou-se então a investir

em programas culturais que pudessem trazer benefícios econômicos ao país, cita-se aqui o Atlas Econômico da Cultura e o Manual de Exportação de Serviços Culturais. Como apresentado no terceiro capítulo, houve uma suspensão nos recursos destinados aos pontos de cultura, bem como um decréscimo de 27 por cento no número de estrangeiros interessados na prova de proficiência em língua portuguesa.

Duas foram as questões centrais que permearam o desenvolvimento do trabalho. Analisar se houve uma descontinuidade nas políticas externas e de diplomacia cultural dos governos, e quais os impactos gerados com tal descontinuidade. Conclui-se que houve descontinuidade em relação às políticas dos três governos apresentados, porém em diferentes níveis. Se os traços de descontinuidade entre as políticas de Lula e Dilma foram ínfimos, entre o governo Dilma e Temer verificou-se uma ruptura completa no que tange às prioridades da política externa bem como na implementação da diplomacia cultural. Durante o governo Temer abriu-se mão do poder cultural, e corroborando com Nye (2004), quando se abre mão de um poder pode-se pagar um alto preço.

Os governos de Dilma e Temer foram marcados por uma instabilidade de ministros, que fez com que as agendas culturais e de política externa apresentassem descontinuidade, sendo suas prioridades reformadas a cada novo ministro. Tal fator mostrou que a descontinuidade de políticas fez com que se enfraquecesse as ações de *Soft Power* propiciando assim a perda de credibilidade e protagonismo no cenário internacional. Verifica-se neste cenário o preço a se pagar por abrir mão de um instrumento de poder.

A análise da diplomacia cultural brasileira empregada durante os anos de 2003 a 2017 mostrou que ações como os anos do Brasil no exterior, bem como o investimento em intercâmbios acadêmicos gera inúmeros benefícios ao país. Além disso, verificou-se que mesmo sendo uma política que não gera benefícios e retornos imediatos, investir em diplomacia cultural faz com que haja uma aproximação entre Estados que propicia por sua vez um sentimento de empatia que gera prestígio internacional.

Investir em diplomacia cultural muitas vezes é entendido como mera promoção de imagem. Porém, há de se levar em conta que a imagem positiva de um Estado é peça chave para sua manutenção no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Economia política e política externa do governo Lula. **Plenarium**, ano II, n. 2, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1. p. 162-184, 2004.

AMORIM, Celso. **Conversa com Jovens Diplomatas**. São Paulo. Editora Benvirá, 2011

BRASIL, 2012. **Anunciada Programação do ano Brasil Portugal**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/07/anunciada-programacao-do-ano-brasil-portugal>> Acesso: Maio 2017

_____. Agência Senado. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no congresso e no Brasil. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso: Maio 2017

_____. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/509439-ARTISTAS-CRITICAM-POLITICA-CULTURAL-DE-TEMER-EM-AUDIENCIA-NA-CAMARA.html>> Acesso: Junho 2017

_____. Balanço da política externa brasileira: (2003-2010). Brasília, 2010.

_____. Programação ano Brasil em Portugal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/07/anunciada-programacao-do-ano-brasil-portugal>> Acesso: Maio 2017

_____. Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa;jsessionid=B7BD3FBE8A26050F1D79461B8A9A88D7> Acesso: Maio 2017

_____. Manual vai orientar exportação de serviços culturais. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2017/06/manual-vai-orientar-exportacao-de-servicos-culturais> Acesso: Junho 2017

_____. Ministério da Cultura. Cultura Viva: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. 3. ed. Brasília, 2004.

_____. _____. III Conferência Nacional de Cultura: uma política de Estado para a Cultura. Desafios do Sistema Nacional de Cultura. Texto-base. Brasília: MinC, 2013b.

_____. _____. Discurso da Ministra Marta Suplicy na Conferência “The power of Soft Power”. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-da-ministra-marta-suplicy-na-conferencia-the-power-of-soft-power--580828/10883> Acesso: Maio 2017

_____. _____. Discurso de posse de Juca Ferreira. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1235999> Acesso: Maio 2017

_____. _____. Discurso de posse do Ministro Marcelo Calero. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/%E2%80%9Co-partido-da-cultura-e-a-cultura-nao-qualquer-outro%E2%80%9D/10883> Acesso: Junho 2017

_____. _____. Discurso proferido por Marcelo Calero no XI encontro de ministros da cultura do Mercosul. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/integracao-regional-diversidade-que-nos-aproxima-e-complementa/10883> Acesso: Junho 2017

_____. _____. Discurso de posse do Ministro Roberto Freire. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/roberto-freire-toma-posse-como-ministro-da-cultura/10883> Acesso: Junho 2017

_____. Ministério das Relações Exteriores. Diplomacia Cultural. Disponível em: < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=698&Itemid=215&lang=pt-BR>. Acesso em: Março 2017

_____. _____. BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>> Acesso: Abril 2017

_____. _____. O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-o-novo-banco-de-desenvolvimento-ndb-do-brics>>. Acesso: Maio 2017

_____. _____. Pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8653-pronunciamento-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-em-debate-sobre-responsabilidade-ao-protoger-na-onu-nova-york-21-de-fevereiro-de-2012>>. Acesso: Maio 2017

_____. _____. Discurso do Ministro Antônio Patriota. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/4622-discurso-na-cerimonia-do-dia-do-diplomata-formatura-da-turma-de-alunos-do-instituto-rio-branco-brasilia-20-de-abril-de-2012>> Acesso: Maio 2017

_____. _____. Discurso do Ministro José Serra. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>> Acesso: Junho 2017

_____. _____. Discurso de posse do Ministro Aloysio Nunes Ferreira. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/15829-texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-alloysio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>>. Acesso em: Junho 2017

_____. _____. República Portuguesa. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5672-republica-portuguesa>> Acesso: Maio 2017

_____. Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5264-de-malas-prontas-para-estudar-no-brasil-e-fazer-turismo.html>> Acesso: Maio 2017

_____. **Pronunciamento sobre o Programa Cultura Viva.** Berlim, Alemanha, set.2004.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional:** formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2014

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O Declínio: Inserção Internacional do Brasil (2011 – 2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*. 57(2). 2014

CORNELET, Joao Marcelo Conte. A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Conjuntura Austral**. Vol. 5, nº24, Jun-Jul 2014

DUMONT, Juliette; FLÉCHET, Anaís. —Pelo que é nosso!: a diplomacia cultural brasileira no século XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.34, nº 6, 2014.

HORTA, Luiz Fernando Rebello. **O conceito de diplomacia presidencial**. Brasília: FINATEC. 2012.

LESSA, Monica Leite; SARAIVA Miriam Gomes; MAPA, Dhiego de Moura. Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R.S.(orgs). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

LIMA, André Chermont de. **Copa da cultura: O campeonato mundial de futebol como Instrumento para a promoção da cultura brasileira no exterior**. Brasília: FUNAG, 2013.

MAGNOTTA, Fernanda. **O efeito Trump no Brasil: neutro mas com viés negativo**. Disponível em: <<http://neai-unesp.org/o-efeito-trump-no-brasil-neutro-mas-com-vies-negativo/>> Acesso: Junho 2017

MARK, Simon. **A greater role for cultural diplomacy**. Netherlands, apr. 2009.

MEZZAROBA, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito**. São Paulo: Saraiva. 2009.

NUNES, Raul C. RODRÍGUEZ, Vitória G. A Política Brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica. In.: **Boletim de Conjuntura NERINT**. Porto Alegre. v.1 n.4. 2017

NYE, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs. 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais**: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

PENNAFORTE, Charles. A atuação de Serra no Itamaraty. **Cadernos do CIM**. Pelotas. Ano 1. V.1. nº1. Jan-Jun 2017.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R.S. (Orgs.) **Política externa brasileira**: as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural**: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Editora Fundação Alexandre de Gusmão, 2011

RTP. **Ano do Brasil em Portugal**. Disponível em:<
https://www.rtp.pt/noticias/cultura/ano-do-brasil-em-portugal-ficou-muito-acima-das-expectativas_n657777> Acesso: Maio 2017

RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: Editora EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.) **Políticas Culturais no Governo Dilma**. Salvador: Editora EDUFBA, 2015.

SANTOS, Thauan. **Política Externa Brasileira pós-impeachment**: (des) caminhos incertos. Disponível em: <http://neai-unesp.org/politica-externa-brasileira-pos-impeachment-descaminhos-incertos-por-thauan-santos/> Acesso: Maio 2017

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**. Nº 44. Lisboa Dezembro, 2014

SILVA, André L.R. da. **Política Externa Brasileira**: uma introdução. Curitiba. Ed: InterSaberes, 2016.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **A política externa brasileira nos oito anos do governo Lula**: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo. Rio de Janeiro: 2011.

SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite. **A quarta dimensão das relações internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2002.

TEMER, Michel. Uma Diplomacia Presidencial a Serviço do Brasil. **Cadernos de Política Exterior**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. V.2, n.4 (dez. 2016). Brasília. FUNAG, 2015

UNESCO. Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003.

UNESCO, Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural. 2002 Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso: Junho 2017.

VALIATI, Leandro. FIALHO, Ana L. N (orgs). **Atlas Econômico da Cultura Brasileira**. Porto Alegre. UFRGS. 2017

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, jul./dez. 2007.

VISENTINI, P.F. Itamaraty: crise na política externa ou disputa interna? **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, n. 165, Nov. 2013. 10. Disponível em: <http://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_165_-_novembro_2013/10>. Acesso em: 28 Maio 2017.